

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2010. (Do Sr. Moreira Mendes)

Requer sejam convidados, o Sr. José Sérgio Gabrielli (Presidente da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás), o Sr. Ricardo Ribeiro Pessoa (Presidente da Empresa UTC Engenharia S/A), a Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM), representante do Ministério Público Federal e representante do Tribunal de Contas da União (TCU), para prestarem informações acerca de possíveis irregularidades em doações feitas pela empresa UTC Engenharia S/A ao Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. José Sérgio Gabrielli (Presidente da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás), o Sr. Ricardo Ribeiro Pessoa (Presidente da Empresa UTC Engenharia S/A), a Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM), representante do Ministério Público Federal e representante do Tribunal de Contas da União (TCU), para prestarem informações acerca de possíveis irregularidades em doações feitas pela empresa UTC Engenharia S/A ao Partido dos Trabalhadores – PT.

JUSTIFICAÇÃO

No bom momento que vive a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), e ao mesmo em que se espera maior transparência nos contratos firmados com empresa pública, esta Comissão não pode se eximir de fiscalizar as atividades do setor público.

Segundo os jornais, O Globo de 06 de maio de 2010 e Folha de São Paulo de 05 de maio de 2010, divulgaram amplamente que a empresa UTC Engenharia S/A doou oito parcelas mensais de 150 mil reais (totalizando 1,2 milhão de reais) ao Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo as matérias a empresa UTC Engenharia S/A fechou um contrato no valor de 114 milhões de reais, dois dias após ter pago a primeira parcela da doação ao PT. Assim, tendo chegado ao meu conhecimento a denúncia dando conta dessas possíveis irregularidades, e sendo esta Casa responsável pela fiscalização dos recursos e da ordem pública, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas aos frugais recursos públicos. Torna-se, pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em de maio de 2010.

MOREIRA MENDES
Deputado Federal